ISSN: 2358-8829

DO ENCAMINHAMENTO DOCENTE À INTERVENÇÃO MULTIPROFISSIONAL: PERCURSOS DE INCLUSÃO NO NÚCLEO DE APOIO AO ESTUDANTE

[1] Ênio Firmino Leandro Florêncio
[2] Ana Paula Nunes da Silva
[3] Brenda de Fátima Teodósio Gomes Rabêlo
[4] Luís Alberto Henrique de Amorim
[5] Analine de Sousa Fonseca

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva fundamenta-se no direito de acesso, permanência e aprendizagem de todos os estudantes no ambiente escolar, cabendo às instituições de ensino promover condições adequadas para o desenvolvimento das potencialidades individuais, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Entretanto, apesar dos avanços nas políticas públicas voltadas à inclusão, ainda persistem desafios relacionados à identificação e ao acompanhamento de estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem, baixo rendimento acadêmico e suspeitas de transtornos do neurodesenvolvimento.

Em muitos contextos escolares, dificuldades pedagógicas e comportamentais são rapidamente associadas à necessidade de diagnósticos clínicos, fortalecendo processos de medicalização da educação e deslocando para o campo médico questões que também envolvem aspectos pedagógicos, sociais e emocionais. Segundo Mantoan (2015), a inclusão escolar exige a reorganização das práticas pedagógicas, evitando estratégias segregadoras e valorizando a participação do estudante no contexto coletivo da sala de aula.

Nesse cenário, o trabalho multiprofissional torna-se essencial para a construção de intervenções mais amplas e humanizadas. No município de Princesa Isabel, Paraíba, o Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) atua no acompanhamento de estudantes

ISSN: 2358-8829

encaminhados pelas escolas municipais, articulando ações entre psicopedagogia, psicologia, serviço social e gestão escolar.

Conforme discutem Pletsch e Mendes (2024), a perspectiva cartográfica aplicada à inclusão escolar permite compreender os processos institucionais a partir das relações estabelecidas entre sujeitos, práticas pedagógicas e território educativo. Assim, o presente trabalho objetiva apresentar e analisar o fluxo de encaminhamento construído entre professores, gestão escolar e equipe multiprofissional, evidenciando as contribuições desse processo para a promoção de práticas inclusivas e para o fortalecimento do direito à aprendizagem.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente estudo caracteriza-se como uma cartografia desenvolvida através do relato de experiência, de abordagem qualitativa, fundamentado na atuação profissional desenvolvida no Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) do município de Princesa Isabel, PB. A pesquisa possui natureza interventiva e inspira-se no método cartográfico discutido por Pletsch e Mendes (2024), compreendendo a investigação como acompanhamento de processos construídos nas relações entre sujeitos, escola e território.

O estudo foi desenvolvido no contexto das escolas da rede municipal de ensino entre os anos de 2022 e 2026, envolvendo professores, gestores escolares e equipe multiprofissional composta por psicopedagogos, psicólogos e assistentes sociais. Os dados foram produzidos a partir de registros pedagógicos, relatórios técnicos, observações institucionais e experiências vivenciadas no cotidiano escolar.

O fluxo de atendimento inicia-se a partir da observação do professor em sala de aula, que identifica dificuldades persistentes relacionadas à aprendizagem, comportamento e interação social do estudante. Após análise da gestão escolar, o estudante é encaminhado ao NAE, onde são realizadas avaliações iniciais considerando aspectos pedagógicos, emocionais, cognitivos e sociais.

As intervenções desenvolvidas incluem avaliação psicopedagógica, suporte psicológico, orientação às famílias, articulação com a rede de proteção social e orientações pedagógicas aos docentes. O percurso metodológico buscou analisar como é feito o percurso para que esses alunos cheguem na atuação multiprofissional

ISSN: 2358-8829

contribuindo para a identificação precoce das dificuldades e para a construção de práticas inclusivas no contexto escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados aqui apresentados decorrem do acompanhamento sistemático do fluxo de encaminhamento desenvolvido pelo Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) nas escolas da rede municipal de Princesa Isabel, entre 2022 e 2026. Em vez de se limitarem à descrição de etapas isoladas, os achados são organizados conforme o percurso do estudante: parte-se da identificação inicial pelo professor, passa-se pela mediação da direção escolar e pela atuação da equipe multiprofissional, até os encaminhamentos à rede de proteção social e de saúde.

Em cada etapa, os dados empíricos da experiência, como o funcionamento das avaliações, os casos acompanhados e as dificuldades enfrentadas, são discutidos à luz do referencial teórico da educação inclusiva e da crítica à medicalização da educação, de modo a evidenciar tanto as contribuições do fluxo para a promoção de práticas inclusivas quanto seus limites, especialmente aqueles relacionados à adesão das famílias ao acompanhamento pós-encaminhamento.

PROFESSOR

A investigação começa a partir do olhar do professor, que, ao perceber dificuldades de desenvolvimento, aprendizagem ou comportamento, encaminha o caso à direção por meio de relatórios pedagógicos. A direção analisa a situação e direciona o estudante à equipe multiprofissional conforme a demanda.

As medidas de apoio não devem esperar a confirmação diagnóstica: mesmo diante de suspeita, a instituição pode organizar suporte imediato, incluindo cuidador ou profissional de apoio escolar (BRASIL, 2025), evitando que o período investigativo se torne tempo de exclusão, conforme as diretrizes da política nacional de educação inclusiva (BRASIL, 2025).

DIREÇÃO

A direção não apenas repassa encaminhamentos: articulada ao NAE, garante que o processo investigativo não paralise a prática pedagógica. Nogueira et al. (2026, p. 17) destacam que "as práticas colaborativas emergem como elemento estratégico para a efetivação da educação especial na perspectiva inclusiva", cabendo à direção assegurar que a colaboração entre professores, apoio e famílias gere respostas consistentes.

Outra função estratégica é a mediação entre escola, família e saúde, cuidando para que anamneses e devolutivas do NAE sejam acolhedoras, evitando pressionar as famílias a buscar diagnósticos médicos, prática associada por Fontenele e Lustosa (2024) à "medicalização da educação".

NÚCLEO DE APOIO AO ESTUDANTE (NAE)

Implementado em 2022, reúne psicopedagogia, psicologia e serviço social, oferecendo assistência a alunos, docentes e famílias, fortalecendo a educação inclusiva conforme a Constituição de 1988 e a LDB de 1996. Atua com capacitação de cuidadores e monitores, palestras formativas, grupos de apoio à ansiedade e orientação a pais.

Além das ações coletivas, oferece atendimentos individuais: intervenções pedagógicas e psicológicas, e visitas domiciliares pelo assistente social para mapear vulnerabilidades e fortalecer a rede de proteção. O NAE também orienta a construção do Plano Educacional Individualizado (PEI), estimulando que professores identifiquem necessidades e proponham metas realistas, tornando o PEI ferramenta colaborativa, e não documento burocrático, responsabilizando professores e gestores pela inclusão.

AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE

A equipe multiprofissional atua conforme a natureza da demanda: aprendizagem (psicopedagogia), comportamento/emoção (psicologia) e contexto social (serviço social). A anamnese com os pais e a análise de relatórios docentes são transversais, permitindo intervenções integradas.

Além da avaliação qualitativa, usam-se testes quantitativos para levantar hipóteses diagnósticas, avaliando habilidades acadêmicas, funções executivas e linguagem. Utiliza-se a coleção "Avaliação Neuropsicológica Cognitiva" (ANC),

coordenada por Alessandra Gotuzo Seabra, com instrumentos como TAC, Teste de Trilhas, Teste Infantil de Nomeação, Repetição de Palavras e Pseudopalavras, Provas de Linguagem Oral e Escrita, Cubos de Corsi e Span de Dígitos.

Quando necessário, a equipe encaminha para serviços de saúde com hipótese diagnóstica; quando as dificuldades são pontuais, oferece orientação pedagógica e psicológica. As intervenções escolares seguem o PEI, cujo componente pedagógico é construído por cada professor conforme as habilidades do aluno, em conjunto com pais, terapeutas e o próprio estudante (GUIMARÃES E MACHADO, 2024, p. 9). A adaptação das atividades é direito do aluno, conforme a LBI (Lei nº 13.146/2015).

Um problema recorrente é a alta evasão do acompanhamento pós-encaminhamento, muitas vezes por resistência familiar ligada a estigmas sobre saúde mental. O encaminhamento aos serviços de referência é feito com relatório detalhado, seguido de orientação à família e reuniões periódicas de parceria com a rede.

PROBLEMAS AMBIENTAIS DE CUNHO SOCIAL

Demandas ligadas à pobreza, violência intrafamiliar, negligência ou ausência de políticas públicas são direcionadas ao Serviço Social, cujo profissional atua nas questões sociais que interferem na educação, conforme a Lei nº 13.935/2019 (BRASIL, 2019). Carvalho (2025) destaca que essa atuação vai além da triagem burocrática, envolvendo escuta qualificada, anamnese, visitas domiciliares e articulação intersetorial para enfrentar causas estruturais da vulnerabilidade (Carvalho, 2025, p. 80-81).

Entre as atribuições estão o acompanhamento de estudantes vulneráveis, a mediação com CRAS, CREAS, Conselho Tutelar e saúde, a identificação de violação de direitos e o fomento à participação familiar, já que a evasão escolar relaciona-se à pobreza e desproteção social (Oliveira, 2023). Carvalho (2025, p. 94-95) alerta, porém, para a visão conservadora que restringe o assistente social a funções burocráticas e para a precarização do trabalho, defendendo autonomia técnica e articulação intersetorial efetiva. Em casos como a ausência recorrente, o fluxo pode ir diretamente da direção ao NAE, sem passar pelo trâmite professor→direção→NAE→assistente social.

PROBLEMAS DE CUNHO DIDÁTICO

ISSN: 2358-8829

O setor pedagógico atua junto ao professor regente em "práticas colaborativas" (Nogueira et al., 2026, p. 17), tratando o problema didático como questão coletiva. Na "aula atividade" semanal, professores compartilham dificuldades e buscam coletivamente adaptar métodos, aproximando-se do "saber de experiência" de Larrosa (2002).

A adaptação metodológica dialoga com os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e com a interdisciplinaridade, já que, segundo Bonatto et al. (2012), essa abordagem "não tem a pretensão de criar novas disciplinas, mas sim utilizar os conhecimentos das mais variadas disciplinas para resolver um problema". Lopes (2025, p. 4) reforça que a inclusão beneficia todos os alunos, promovendo diversidade e equidade também nos casos de dificuldade didática.

NECESSIDADE DE ENCAMINHAMENTO PARA A SAÚDE

Em Princesa Isabel, educação, assistência social e saúde comunicam-se em rede. O NAE identifica as demandas e encaminha aos serviços de saúde disponíveis:

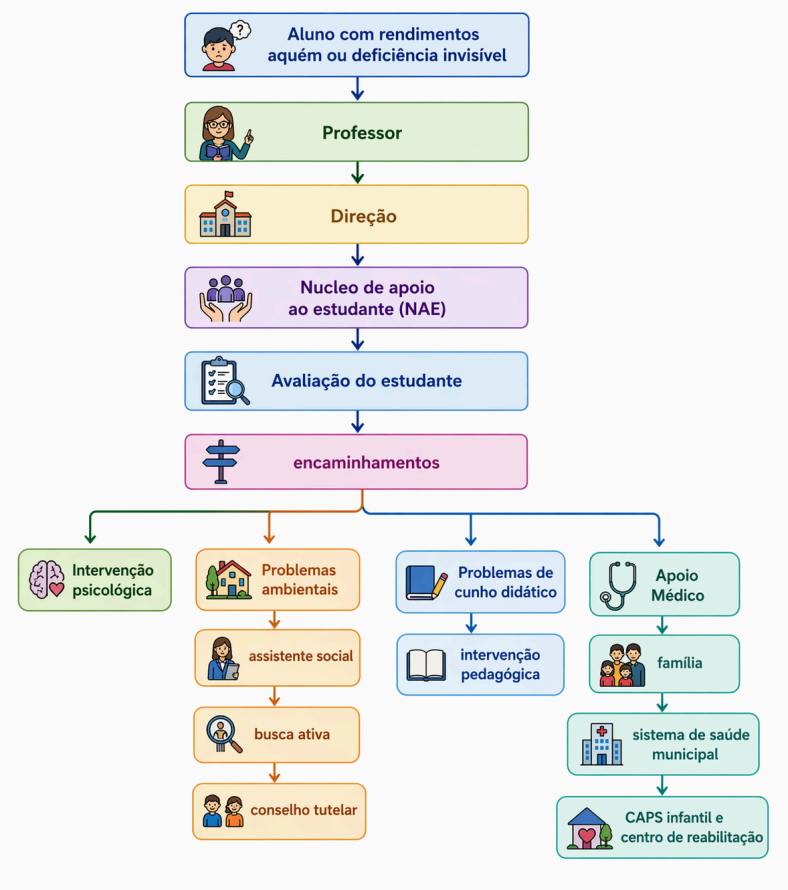
- **CAPSi**: em atividade desde 2014 (RAPS-PB), atende demandas comportamentais associadas a transtornos globais do humor, personalidade e neuróticos, com destaque para TDAH, TOD, DI e TAG (Paraíba, 2020).

- **CER (Centro Especializado em Reabilitação)**: ponto de atenção ambulatorial especializado, responsável por diagnóstico, tratamento e tecnologia assistiva . Atua de forma complementar ao CAPSi, com equipe multidisciplinar (fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais) (Paraíba, 2020).

Com o objetivo de sistematizar visualmente o percurso institucional percorrido pelo estudante em processo de investigação diagnóstica ou em situação de vulnerabilidade, apresenta-se a seguir um fluxograma que sintetiza as etapas descritas ao longo deste trabalho. O esquema ilustra o caminho que se inicia na observação cotidiana do professor em sala de aula, passa pelo encaminhamento formal à direção escolar, chega à atuação articulada do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE).

ISSN: 2358-8829

FIGURA: Fluxograma de inclusão.



Fonte: Elaboração Própria 2026

A experiência analisada evidencia que o fluxo de encaminhamento desenvolvido pelo NAE contribui para a organização das demandas relacionadas às dificuldades de aprendizagem e suspeitas de transtornos do neurodesenvolvimento no contexto escolar.

O professor ocupa posição central nesse processo, sendo o primeiro profissional a identificar alterações no desempenho acadêmico, comportamento e interação social dos estudantes. A partir de registros pedagógicos e observações cotidianas, os casos são discutidos com a gestão escolar e encaminhados à equipe multiprofissional.

Entretanto, conforme orienta a Nota Técnica nº 04/2014 do Ministério da Educação, o acesso aos recursos pedagógicos e ao Atendimento Educacional Especializado não deve ser condicionado à apresentação de diagnóstico clínico. A escola deve atuar diante da hipótese de deficiência, organizando estratégias pedagógicas que garantam a participação e aprendizagem do estudante.

As discussões de Mantoan (2015) também reforçam que a inclusão escolar não deve ocorrer por meio de práticas segregadoras ou currículos paralelos, mas pela reorganização das estratégias pedagógicas no espaço coletivo da sala de aula. Nessa perspectiva, o fluxo de encaminhamento desenvolvido no município favorece intervenções mais humanizadas, reduz práticas excludentes e fortalece o trabalho colaborativo entre escola, família e equipe técnica.

Outro aspecto relevante refere-se à atuação articulada entre psicopedagogia, psicologia e serviço social, possibilitando um olhar ampliado sobre as demandas escolares. As intervenções desenvolvidas contribuíram para o fortalecimento das práticas inclusivas, para a redução de encaminhamentos inadequados e para maior segurança dos professores diante das demandas relacionadas à inclusão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o fluxo de encaminhamento e intervenção multiprofissional desenvolvido pelo Núcleo de Apoio ao Estudante constitui uma importante estratégia de apoio às escolas no acompanhamento de estudantes com dificuldades de aprendizagem e suspeitas de transtornos do neurodesenvolvimento.

A atuação articulada entre professores, gestão escolar e equipe multiprofissional favorece a identificação precoce das demandas educacionais, contribuindo para intervenções mais assertivas e menos centradas em perspectivas patologizantes. Além disso, o estudo evidencia a importância da construção de práticas pedagógicas inclusivas que considerem a singularidade dos estudantes e promovam sua participação efetiva no ambiente escolar.

Destaca-se, ainda, que o fortalecimento das ações interdisciplinares amplia o suporte aos docentes, fortalece o vínculo entre escola e família e contribui para a consolidação de uma educação mais inclusiva e humanizada.

Palavras-chave: Fluxograma, Psicopedagogia, Multiprofissional, Educação, Inclusão.

REFERÊNCIAS

BONATTO, Andréia; BARROS, Caroline Ramos; GEMELI, Rafael Agnoletto; LOPES, Tatiana Bica; FRISON, Marli Dallagnol. *Interdisciplinaridade no ambiente escolar*. In:

SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. Anais [...]. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. p. 1–12. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/55196230/artigo-libre.pdf. Acesso em: 22 abr. 2026.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 22 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Nota Técnica nº 04/2014. Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/. Acesso em: 22 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Centros especializados em reabilitação*. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/novo-pac-saude/centros-especializados-em-reabilitacao/centros-especializados-em-reabilitacao. Acesso em: 22 abr. 2026.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 out. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 22 abr. 2026.

ISSN: 2358-8829

CARVALHO, Jonathan Carneiro. *Serviço social na política de educação: desafios e perspectivas*. 2025. 106 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2025. Disponível em: https://repositorio.uft.edu.br/. Acesso em: 22 abr. 2026.

FONTENELE, Luciana Queiroz; LUSTOSA, Maria Geny. "Ele precisa ser laudado para entrar": analisando discursos docentes sobre o laudo. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU)**, 10., 2024, [S.l.]. *Educação especial*, v. 3. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/82649. Acesso em: 22 abr. 2026. DOI: https://doi.org/10.46943/X.CONEDU.2024.GT10.058.

GUIMARÃES, Viviani Pereira Amanajás; MACHADO, Veruska Ribeiro. O plano educacional individualizado (PEI) como ferramenta de inclusão dos estudantes com autismo na educação profissional. *Caderno Pedagógico*, v. 21, n. 1, p. 2072–2097, 2024. Disponível em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/2392. Acesso em: 22 abr. 2026. DOI: https://doi.org/10.54033/cadpedv21n1-108.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Princesa Isabel: panorama*. Rio de Janeiro: IBGE, [2026]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/princesa-isabel/panorama. Acesso em: 22 abr. 2026.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20–28, jan./abr. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYQbJdfj3h34pP/. Acesso em: 22 abr. 2026.

LOPES, Pedro Borba. Educação inclusiva: princípios, desafios e práticas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 2797–2800, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v11i1.18025. Acesso em: 22 abr. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Summus, 2015. Disponível em: https://www.gruposummus.com.br/wp-content/uploads/primeiras-paginas/10999.pdf. Acesso em: 22 abr. 2026.

NOGUEIRA, Telmo Rosa *et al.* Educação especial na perspectiva inclusiva: uma análise teórica a partir do direito à educação. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 29, p. 1-16, 2026. Disponível em: https://revistatopicos.com.br/artigos/educacao-especial-na-perspectiva-inclusiva-uma-analise-+teorica-a-partir-do-direito-a-educacao. Acesso em: 22 abr. 2026.

OLIVEIRA, Fabiana Aguiar de; TEJADAS, Silvia da Silva. *O direito à educação básica de qualidade: possíveis contribuições do serviço social*. Temporalis, Brasília, v. 24, n. 47, p. 222–243, 2024. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10089411. Acesso em: 22 abr. 2026.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Saúde. *Relatório do monitoramento da rede de atenção psicossocial na Paraíba – 2018.2*. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 2020. Disponível em: https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/arquivos-1/relatorio-do-monitoramento-da-rede-de-atenacao-psicossocial-na-paraiba-2018-2.pdf. Acesso em: 22 abr. 2026.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PLETSCH, Márcia Denise; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. Cartografias da educação inclusiva na educação especial: produção científica, políticas e práticas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 30, p. e143p, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/m83TGFWyPS6PFqxTBTCQD4J/?lang=pt. Acesso em: 22 abr. 2026.